

Novo governo cogita centralizar venda de energia, diz professor

Plano da equipe de transição estaria próximo da idéia de criar um pool de comercialização

KELLY LIMA

RIO - O coordenador do programa de pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo, Ildo Sauer, afirmou ontem que o modelo de negociação de energia a ser adotado pelo novo governo está "bastante próximo da criação de um pool" comercializador, conforme vinha sendo discutido há algum tempo. Esse pool congregaria uma central de comercialização estatal para negociar toda a energia gerada.

Segundo Sauer, a principal vantagem do modelo é a eliminação de riscos hidrológicos e de mercado. "Não há investidor que se sinta atraído por um mercado regulado por São Pedro, cujos preços variam de R\$ 680 a R\$ 5 em menos de um ano." Sauer explicou ainda que em reunião realizada na semana passada em São Paulo, da qual participaram os principais nomes envolvidos no programa de energia do PT e na transição, houve aceitação do modelo apresentado. "Estamos fazendo modificações que foram sugeridas por empresas e técnicos e que estamos avaliando."

O coordenador do Centro de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maurício Tolmasquin, defendeu ontem que haja no novo governo maior transparência na apuração dos dados referentes ao endividamento das distribuidoras de energia. Em reunião na Coordenadoria de Projetos de Pós-Graduação em Energia (Coppe) para lançamento de seu livro "As Empresas do Setor Elétrico Brasileiro", Tolmasquin disse que as companhias internacionais que investiram no setor elétrico brasileiro adotaram a estratégia de expandir suas operações no País, adquirindo novas empresas por meio das concessionárias nacionais de que já faziam parte.

O coordenador lembra que, entre as companhias que adotaram este tipo de estratégia, está a francesa EDF e a portuguesa EDP. A primeira, comprou por meio da Light, distribuidora de energia no Rio de Janeiro, a Eletropaulo, de São Paulo. A segunda fez a mesma operação por meio da Cerj (Companhia de Energia do Rio de Janeiro), adquirindo a Coelce (Companhia de Energia Elétrica do Ceará).

Também realizaram aquisições desta maneira, a Iberdrola, que comprou a Cosern (Companhia de Energia do Rio Grande do Norte) por meio da Companhia de Energia da Bahia (Coelba) e o grupo Votorantim, controlador da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que atua no interior de São Paulo, adquirindo a Bandeirante. "Estas empresas acabaram funcionando como distribuidoras-plataformas, ou seja, passaram a ser a base de novas aquisições", explicou.

Segundo ele, a principal explicação para isso ter ocorrido foi o grau de exposição ao risco que ficam elevados nas matrizes das companhias investidoras nas privatizações do setor elétrico brasileiro. "Como os investidores estrangeiros têm graus máximos de exposição ao risco por país, existem limites por grupo em termos de nível de investimentos.",

explica ele. Para ele, aqueles grupos que haviam investido no País, como a AES, EDF, Endesa, EDP, Iberdrola, Tractebel, Enron, tiveram elevações nas suas exposições ao risco medido pelas agências de rating internacionais.

Como a estratégia de alavancagem financeira foi a tônica utilizada pelos gestores financeiros, todas as empresas, sem exceção, tiveram o nível de endividamento aumentado após a privatização, principalmente aquelas utilizadas pelos grupos controladores como meio para novas aquisições (Light, Cerj, AES-Sul, Coelba)".